



A OPOSIÇÃO BURGUESA E OS EUROCOMUNISTAS NA TRANSIÇÃO BRASILEIRA: ORIENTAÇÕES ANTAGÔNICAS, OBJETIVOS COMUNS

SAMUEL FERNANDO DA SILVA JUNIOR*

Introdução

O conturbado processo de transição no Brasil suscita, até os dias atuais, um importante debate acerca de suas causas e seus desdobramentos coroado com a Constituição de 1988 e com as eleições de 1989. Essa lenta transição, que tem um marco formal em 1974 com o processo de distensão levado a cabo por Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva como uma alternativa à crise econômica que começava a mostrar sua face, se processou de uma forma onde as possibilidades de poder e contestação dos trabalhadores fossem completamente marginalizadas de todo o processo sucessório.

Trocando em miúdos, essa configuração se mostra como uma efetiva “blindagem” contra o tensionamento da classe trabalhadora naquilo que é o essencial, ou seja, as condições materiais de produção e reprodução social. *Post festum*, a transição imprimiu aquilo que sempre foi marcante no desenvolvimento social brasileiro: rupturas em um nível exclusivamente político, sem alterações substanciais na estrutura social; exclusão da participação popular do nível decisório fundamental, cedendo-as algumas conquistas de nível estritamente político tal como Gramsci demonstrou na sua verificação sobre a “revolução passiva”; o caráter conservador e autocrático da burguesia brasileira na sua atuação interna combinado com sua dependência estrutural e sua posição subalterna ao capital internacional; e a permanente conciliação com o mais atrasado da sociedade brasileira marcada pela participação do latifúndio.

Levantado alguns dos pontos que podem ser vislumbrados na transição, vemos que algumas frações à esquerda dentro do espectro político (principalmente o PCB e o PCdoB) contribuíram, ainda que de forma involuntária, para a consolidação dos objetivos impressos na oposição burguesa (PDT, PTB, PMDB e dissidentes do PDS), seja por sua análise teórica marcada por uma exagerada “confiança” na institucionalidade política burguesa, seja pelo apoio prático que imprimiu nas Diretas Já uma mobilização com direção burguesa, culminando no apoio à Aliança Democrática.

* Licenciado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e mestrando em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), área de concentração: História, Poder e Práticas Sociais, vinculado à linha de pesquisa Estado e Poder. E-mail: samuellfrnd@gmail.com.



Portanto o objetivo deste artigo é evidenciar que o posicionamento de alguns intelectuais à esquerda acabou se convergindo, ainda que de forma não intencional, ao apoio de uma possível transição pelo alto, marcada pela negociação e contrária a possibilidade de rupturas em prol de uma suposta democracia que começava a ser vista como um “valor universal”. Esses posicionamentos, seja na teoria ou na prática, acabou se convergindo os objetivos conservadores da oposição burguesa, qual seja: manter o controle das Diretas Já para que ela não saia do controle da direção burguesa para, assim, manter a manutenção da exclusão popular no processo de transição dando à elas uma “falsa” noção de participação na política na transição.

Deste modo, começaremos a analisar os posicionamentos políticos de Fernando Henrique Cardoso enquanto uma expressão que pendia para a ala moderada do PMDB nos idos da primeira metade da década de 1980. Na ala mais à esquerda analisaremos os posicionamentos de Alberto Goldman, à época do PCB, e as formulações teóricas de Carlos Nelson Coutinho por meio de seu ensaio “A democracia como valor universal”.

Fernando Henrique Cardoso um intelectual da oposição burguesa

A necessidade da escolha de Fernando Henrique Cardoso nesse “caldo cultural” de intelectuais que tiveram participação bastante contundente na transição foi precisamente a sua atuação política para “forjar” o PMDB enquanto um partido de massas para sua consolidação hegemônica na transição política de 1985. Sobre a produção de FHC da primeira metade da década de 1980, focalizaremos algumas de suas contribuições na *Revista do PMDB*, lançada em 1981, como intuito de defender uma maior amplificação e popularização programática do PMDB para a transição. Já neste primeiro número da revista, em 1981, FHC pontuava da necessidade do PMDB em se tornar um partido de massas para a transição:

Nós partimos da ideia de que é preciso ter um partido de massas, que é outra afirmação que está contida no nosso programa. Podem parecer banalidades, mas não são. Rigorosamente, no Brasil, talvez nós nunca tenhamos tido um partido de massas na acepção moderna. Por que? Nós tivemos vários partidos no passado com conteúdo ideológico. Nós tivemos partidos no passado, como temos no presente, com voto popular. Mas, um partido de massas não é simplesmente um partido que tenha conteúdo ideológico e que tenha voto popular. É um partido que, na sua organização, recolhe a presença da massa, abre espaço para que a massa possa participar da vida do partido. Não se trata de um partido de quadros, apenas. Não se trata de um partido de vanguarda que vai, elitisticamente, até certo ponto, o “bem”, o “interesse geral da massa”. Trata-se de um partido que vai tratar de criar as condições de organização para que a própria massa possa, dentro dele, ter a presença e direcionar o movimento principal do partido. (CARDOSO, 1981, p. 26-27)



É a partir deste incisivo e claro apontamento que veremos o quanto essas afirmações de 1980 e 1981 fazem sentido no movimento pelas Diretas Já, *locus* onde o PMDB conseguiu forjar a sua base de massas para a transição, de um partido com inexistente aproximação com as massas populares para um partido que conseguiu construir um determinado consenso imediatamente após o fim da ditadura civil-militar.

Uma das importâncias do FHC no PMDB no início da década de 1980 foi na insistência da necessidade de o partido ter um vínculo mais “orgânico” com a sociedade e não fosse um partido que surfasse na onda do crescimento da impopularidade do PDS, onde a popularidade do partido não ficasse a reboque da crise da ditadura. É a partir destas formulações que fazem de FHC um homem envolvido com os problemas populares, um dos intelectuais mais importantes na orientação da “oposição burguesa” no processo sucessório. Por outro lado, FHC, em 1983, também teve um papel decisivo no fortalecimento dos quadros moderados, reafirmando a necessidade do PMDB ter um cronograma próprio para poder negociar com o regime:

Continuo reafirmando que é preciso, como em todos os países onde se operou a transição, termos um cronograma, uma agenda dos temas de negociação, temo que esquematizar isso. Não podemos simplesmente ficar assistindo à [*sic*] luta interna do PDS., ficar espectadores, esperando que eles afundem para aí nós... Não, isso não vai haver. (*VOZ DA UNIDADE*, 1983, p. 05)

Ainda, neste mesmo editorial exclusivo com Fernando Henrique, o periódico *Voz da Unidade*, se refere da seguinte maneira a FHC: “O senador Fernando Henrique Cardoso, presidente do PMDB em São Paulo, é uma das mais destacadas figuras da oposição, conseguindo unir uma intensa produção intelectual com uma atividade política marcante” (*VOZ DA UNIDADE*, 1983, p. 05). É nessas pequenas afirmações, que não deixam de ser contundentes, onde conseguimos vislumbrar o grau de aproximação de boa parte da fração do PCB ao projeto da transição negociada.

Outro ponto relevante é que as formulações de FHC na *Revista do PMDB*, estão todas pautadas em uma máxima muito utilizada por ele, e que passou a ser usada na transição política como uma das palavras de ordem do período: a sociedade contra o Estado (CARDOSO, 1981, p. 25). Como podemos ver, sua elaboração analítica mistifica todo o problema da crise econômica e política do Brasil quando aponta isoladamente o Estado como o culpado daquele estado de coisas. Esse tipo de análise, caudatária da teoria do autoritarismo, isola o Estado da



sociedade civil, criando um maniqueísmo entre indivíduo e Estado típico da teoria liberal (CHASIN, 2000, p. 80). O Estado passa a ser um órgão estritamente político-repressivo e regulador da totalidade das relações sociais, onde a sociedade civil seria simplesmente a “vítima” do autoritarismo estatal. Ora, esses apontamentos de FHC, que já vinham, de forma mais sofisticada, desde 1975, com seu livro *Autoritarismo e democratização*, acabou tendo o único objetivo de apagar a participação do grande empresariado associado brasileiro e também das multinacionais no interior do Estado. Ou seja, uma classe dirigente no interior do bloco no poder que manipulava o ritmo do processo de modernização e se fortalecia, política e economicamente, por meio do Estado ditatorial. O máximo que FHC conseguia avançar em uma crítica menos abstrata ao Estado é quando afirma: “sim, ele [o Estado] é um inimigo que está controlado pelas forças reacionárias, pela direita, pela direita econômica”. (CARDOSO, 1981, p. 30)

Ainda assim, FHC, no início dos anos 1980, apoiou abertamente uma proposta de negociação para a transição política. Esse seu posicionamento conciliador foi sustentado até meados de 1984, quando no dia 25 de janeiro deste ano, com a mobilização de 300 mil pessoas na cidade de São Paulo em prol das Diretas Já, acabou obrigando boa parte dos moderados a uma adesão mais efetiva à campanha. A crítica que FHC sustentava às Diretas Já era uma crítica à direita, pontuando, naquele momento, de forma dissimulada, a necessidade de minimizar a importância do jogo político e focalizar os olhares ao setor econômico, atribuindo a si mesmo uma perspectiva de análise “marxista” do período de transição (OLIVEIRA; LEONELLI, 2004, p. 122). Acontece que FHC era favorável ao pacto pelo alto, à negociação, levando a cabo uma prática política bastante característica dos políticos moderados do PMDB nas mobilizações pelo sufrágio imediato: Diretas Já nos palanques, e conciliação nos bastidores com os aliados e situacionistas.

Essa tese se confirma simplesmente pelo fato de declarar abertamente que a partir do início de 1980 o Brasil já respirava os ares de uma semidemocracia, apagando qualquer caráter ditatorial do regime autocrático burguês: “Você queira ou não, houve uma certa abertura, estamos num regime semidemocrático, a população espera propostas concretas, e nós ainda somos muito tímidos. Então, muito frequentemente, diante de uma conjuntura específica, o PMDB reaje [*sic*] com princípios, teses”. (VOZ DA UNIDADE, 1983, p. 05.)



Até mesmo o *Projeto Emergência*¹, de Teotônio Vilela (1983), sofreu uma “conspiração” por parte de FHC na alteração de algumas das propostas e na inclusão de outras, rompendo com o posicionamento mais “duro” e sem “pacto” de Vilela, dando um tom mais conciliatório, seja com o governo, seja entre o capital e o trabalho (OLIVEIRA; LEONELLI, 2004, p. 212). A intervenção de FHC e Furtado teve o intuito de “harmonizar” o documento redigido por Vilela que viria a falecer por causa de um câncer no mesmo ano de 1983.

O *Projeto emergência* de Vilela, quando concluído os acréscimos e alteração, estava mais de acordo com a perspectiva de FHC e Furtado do que com a perspectiva do autor do projeto de governo para a transição. Vilela, quando leu a versão final do projeto, chegou a criticar o texto, classificando-o de “conservador”. (OLIVEIRA; LEONELLI, 2004, p. 213)

Entretanto, no final das contas, acabou vigorando o projeto de Ulysses Guimarães chamado de *Travessia*, cabendo ao *Projeto emergência* uma importância simbólica. A *Travessia* foi elaborada em meados de julho e agosto de 1983. Tinha como conselheiro econômico Celso Furtado, nos assuntos políticos, FHC, e nos assuntos econômicos, o senador Severo Gomes, responsável pela inclusão da perspectiva do empresariado no projeto (OLIVEIRA; LEONELLI, 2004, p. 213). Esse documento do PMDB, sob liderança de Ulysses Guimarães, conseguiu criar um maior consenso no partido com um todo, pois tinha pautas que agradavam tanto os moderados do PMDB, por exemplo, a negociação, quanto os setores mais à esquerda do PMDB e das esquerdas em geral, pela permanência a ideia do aprofundamento da campanha pelas Diretas Já, consenso este que o *Projeto Emergência* de Vilela não conseguiu alcançar. Esse documento é a síntese de duas alas do PMDB, a dos moderados, que nos bastidores defendiam uma conciliação (estando o FHC nesta ala), e a dos autênticos, que queriam aprofundar a campanha pelas eleições diretas.

A necessidade destes apontamentos é para mostrar que FHC, enquanto um intelectual que liderou as Diretas Já em São Paulo, levantou algumas bandeiras que se efetivaram nas Diretas Já e também posteriormente, sendo elas: a) necessidade do PMDB em se torna um partido de massas para adquirir um maior consenso na transição; b) a ampliação da ideia genérica de “sociedade contra Estado”, que contribuiu para criar uma caricatura moral e maniqueísta do Estado e da sociedade civil; c) e favorável a negociação e por uma transição pactuada. Desta forma, FHC teve um papel relevante no processo de transição, pois este

¹ Esse era o pequeno programa do PMDB desenvolvido por Teotônio Vilela com o apoio de Celso Furtado, com as políticas que seriam necessárias caso, eventualmente, o PMDB chegasse ao poder. O *Projeto emergência* era o condutor oficial do PMDB para a transição.



conseguiu generalizar e homogeneizar as suas ideias, bem como orientar para seus ouvintes e leitores, de forma eficaz, a transição necessária, ou seja, tensionando e conseguindo o consenso necessário da sociedade em prol de uma transição negociada.

A esquerda eurocomunista e sua convergência com o projeto de transição da oposição burguesa

No campo das esquerdas, particularmente no PCB, Alberto Goldman foi uma das figuras mais representativas do partido na primeira metade da década de 1980. Apesar de não possuir uma carreira acadêmica tradicional tal como possuía FHC, Goldman pode ser visto como um intelectual por sua postura representativa e dirigente de uma fração da esquerda. Sua atuação no semanário *Voz da Unidade* foi bastante efetiva e, conseqüentemente, responsável pela difusão de uma saída negociada e conciliada para a transição. Goldman, na primeira metade da década de 1980, era uma das vozes do PCB dentro do PMDB, vice-versa. Engrossado pelo discurso conciliatório de Roberto Freire, a transição negociada fora ampla e intensivamente difundida para a população como a possibilidade única e concreta de se conquistar a esperada democracia.

Ter um posicionamento crítico frente a pauta por “eleições diretas” como a saída única para resolver os problemas econômicos e políticos é, a nosso ver, absolutamente legítimo. Porém, a crítica que essas personalidades faziam às eleições diretas, sugeria, ainda que implicitamente, a conciliação, como podemos ver: “Para deixar bem claro, eu acho que se a campanha pela eleição direta for colocada como excludente da busca da negociação, isto será um equívoco”. (*VOZ DA UNIDADE*, 1983, p. 04)

Acontece que nesse período, entre 1983 e 1984, o PCB estava hegemônico pelas diretrizes do VII Congresso do partido iniciado em 1970 e interrompido pela repressão, tendo sua continuidade somente em 1981 e 1982, com a redação das teses do partido e a sua última etapa em 1984. Esse congresso foi marcado pela oposição de dois polos divergentes e atuantes no interior do PCB. O primeiro deles é a histórica burocracia interna do PCB e do núcleo dirigente estagnado que dirigia o partido há mais de trinta anos. O segundo grupo, mais jovem, tinha um agrupamento de militantes e dirigentes que se orientavam pelas posições “eurocomunistas”. (PINHEIRO, 2014, p. 32)

Esse último grupo era mais voltado para a realidade brasileira da época, enxergando nela a ascensão dos trabalhadores enquanto sujeitos ativos e potencial transformadores da realidade, apreendiam ainda, melhor que o primeiro grupo – muitos ainda nas fileiras stalinista



– que fazia de forma mecânica e esquemática as complexas e modernas relações entre sociedade e Estado no Brasil daquele período. O primeiro grupo ainda se pautava em leituras dogmáticas e esquemáticas oriundas da III Internacional, enquanto que o segundo se orientava com as publicações de teóricos mais atuais da época. A ascensão política interna desse segundo grupo no interior do PCB foi um dos principais motivos da saída do secretário-geral do partido Luiz Carlos Prestes, representante da velha burocracia partidária.

Acontece que esse segundo grupo submetia a sua análise estratégica de transformação social na luta pela democracia de caráter progressivo por meio do processo eleitoral (PINHEIRO, 2014, p. 30). Tanto Goldman quanto Freire estavam nesse segundo grupo, que via na democracia a resolução dos males econômicos e políticos do período. Durante fins da década de 1970 e início de 1980 ocorreu o que podemos chamar de “fetichização” da democracia, onde se via nela a única e a exclusiva possibilidade de transformação social, ocorrendo uma superfetição da política sobre a economia e à outras instâncias da totalidade social, onde de forma mecânica e sem mediação, a democracia seria a realização da classe trabalhadora e da sociedade como um todo. Essa fração da esquerda se orientou tática e estrategicamente pelo “reformismo revolucionário”², termo muito utilizado pelos eurocomunistas na Europa deste período.

Como já mencionado, nessa perspectiva eurocomunista há uma exaltação do político em detrimento de todas as outras instâncias da totalidade, acarretando na conclusão onde a tomada do Estado e de seus sucessivos aparelhos, possam, de fato, conseguir atravancar o desenvolvimento progressivo do capitalismo. Vemos nesse posicionamento eurocomunista um excessivo politicismo que, de uma forma ou de outra, tende a apagar as contradições concretas da sociedade civil, buscando em última instância um melhor “capitalismo”. Esse posicionamento eurocomunista é bastante visível num polêmico editorial do *Voz da Unidade*, intitulado “lutar para negociar, negociar para mudar”:

De um lado, ficou patente que palavras de ordem do tipo **“greve geral por tempo indeterminado” estão inteiramente descoladas da vida social brasileira e que suas variantes apenas conduzem a becos sem saída.** De outro, que a busca de alternativas concretas implica a mais ampla articulação, não só das várias instâncias sindicais, mas destas com as instituições políticas, partidárias e sociais que se inserem na frente democrática. **Isto é tanto importante quanto, dada a existência de executivos e legislativos democráticos, os trabalhadores devem contar com – e têm que exigir-la –**

² Este termo foi introduzido no Brasil por Carlos Nelson Coutinho para embasar a luta pela democracia progressiva e de massas (PINHEIRO, 2014, p. 33).



a solidariedade de governantes e legisladores que foram eleitos com os seus votos. (VOZ DA UNIDADE, 1983, p. 03) (grifo nosso)

Esse posicionamento do *Voz da Unidade* é referente à programação sindical onde se estabeleceu, em 1983, o Dia Nacional de Protesto contra a política econômica do governo Figueiredo. Dentre as tendências sindicais, havia uma fração mais combativa que exigia a paralisação dos trabalhadores por tempo indefinido, é exatamente destas frações que, em agosto de 1983, surgirá a CUT. Como podemos ver, o *Voz da Unidade* é contundentemente contra a pauta de greve geral como uma forma de luta concreta dos trabalhadores, não obstante a isso, sugere que os trabalhadores exijam dos políticos “democráticos” a “solidariedade”, pois foram eleitos com os votos destes trabalhadores.

A partir desse posicionamento editorial vislumbramos um posicionamento caricato do eurocomunismo no Brasil: a redução da luta de classes ao direito de votar e a “cobrança” da solidariedade dos políticos para que olhem a causa dos trabalhadores. Ainda vemos que esse posicionamento tem o objetivo de preterir a única arma concreta de negociação do trabalhador, o direito de greve. É nesse sentido politicista e conciliador que segue o editorial: “Também entendem os comunistas que a ultrapassagem da crise econômica-social no rumo da defesa dos interesses nacionais e populares e da democracia transita hoje por uma grande negociação política, que envolva, em pé de igualdade, todas as forças da sociedade brasileira”. (VOZ DA UNIDADE, 1983, p. 03)

Para finalizar a tática pretendida pelo PCB para o embate dos trabalhadores no processo de transição, o editorial ainda pontua:

Diante dos impasses nacionais, as forças políticas podem investir em várias alternativas. Aquela que mais convém aos trabalhadores, aos democratas e aos patriotas – num potencial e urgente bloco democrático e nacional – é a negociação dirigida a romper com a dependência e o modelo econômico, e retomar o desenvolvimento, promovendo a reorganização democrática da sociedade brasileira. O êxito desta perspectiva, todavia, está diretamente ligado a um novo movimento operário e sindical unido e unitário, representativo, capaz de acumular forças e crédito para apresentar-se combativa e responsabilmente diante de todos os trabalhadores e amadurecida e positivamente diante da sociedade. **Um movimento operário e sindical habilitado a lutar para negociar, negociar para mudar.** (VOZ DA UNIDADE, 1983, p. 03) (grifo nosso)

Conforme e possível ver na citação acima, há uma análise *positiva* e, portanto, harmoniosa da sociedade, onde todas as divergências podem ser resolvidas por meio da



negociação. Apagou-se aquilo que é mais caro na teoria crítica no processo de apreensão da realidade: a totalidade e a crítica *negativa* da produção e reprodução da forma social capitalista.

A característica mais visível nas ramificações do eurocomunismo é o apagamento quase que total da *luta de classe* no seu sentido *forte* e tradicional presente na literatura marxiana e marxista. O que acaba substituindo esse sentido forte da luta de classes é justamente o seu oposto, o sentido *fraco* baseado nos pequenos conflitos, conflitos isolados e localizados, onde os indivíduos ou grupo de indivíduos buscam, por meio de subterfúgios, fazer valer as suas reivindicações. Nota-se que essa luta de classes no sentido fraco, própria do eurocomunismo, se utiliza da teoria do poder foucaultiana, uma teoria baseada nos micros poderes que buscou criticar a ideia tradicional do poder, em outras palavras, a teoria marxista. A concepção foucaultiana, desenvolvida, principalmente, em dois livros seus: *História da sexualidade: a vontade de saber* de 1976 e, de forma mais sistemática, na *Microfísica do poder* de 1979, é uma ideia de poder *institucionalmente difuso* e *socialmente difuso*, desdobrada na descentralização do exercício do poder, tanto das classes dominantes, quanto das classes dominadas, nivelando de forma mútua o poder.

O editorial da *Voz da Unidade*, desde a sua fundação, em 1980, até 1992, foi marcado por essa orientação geral embasada pelo eurocomunismo, tendo como uma de suas lideranças político-institucionais o parlamentar de Alberto Goldman, que tinha voz bastante ativa e marcante ao longo das edições do *Voz*.

Para termos uma ideia de como essa orientação reformista estava capilarizada no interior do PCB, Salomão Malina, que foi eleito presidente³ do PCB em 1987, tinha um posicionamento bastante convergente com a conciliação e a negociação em 1983 e 1984, quando ainda era membro do Comitê Central (CC), por meio da defesa de uma “frente democrática” que aglutinasse os mais variados espectros políticos e ideológicos, quase um prenúncio da famigerada “Aliança Democrática”. Posicionamento que consubstanciou com as alas mais “jovens” e reformistas do partido, como a de Alberto Goldman e Roberto Freire:

Para realizar a inversão agora tornada possibilidade concreta e objetiva, a frente democrática *deve ser capaz de manter-se aberta a novos aderentes (sem discriminações, inclusive para aqueles que se deslocarem do regime)* [...] Mas ela [a “frente democrática”] terá que realizar uma nova e dupla articulação dos seus componentes: uma articulação **internar** - vínculos entre partidos,

³ A clássica nomenclatura referente à direção do Partido “secretário-geral”, foi trocada por “presidente” após a transição política de 1985, se igualando aos outros partidos burgueses. Somente em 2008 que se retoma a utilização de “secretário-geral” para o dirigente do Partido.



compartilhando executivos (**governos de ampla coalizão democrática**), entre bancadas e entre lideranças institucionais (valendo-se, mesmo, das fraturas do PDS) – e uma articulação **externa** – vínculos entre seus componentes e os movimentos de massa – particularmente a unidade do movimento operário e sindical – é um **fator essencial** para o êxito das causa democráticas em todos os nível e planos. (*VOZ DA UNIDADE*, 1983, p. 08) (grifos do autor) (itálicos nosso)

A necessidade de evidenciarmos esses posicionamentos conciliadores de outros políticos integrantes do PCB é interessante para notarmos a equidade e a orientação majoritária do partido. Mesmo após a derrota das Diretas, a tática da “negociação” e “unidade” permaneceu firme dentro do partido, fazendo do PCB, mas não somente, havia também o PCdoB e o MR-8, mais um braço “burguês” na transição política.

Agora [tática após a derrota da Emenda Dante de Oliveira em 25 de abril de 1984], a definição passa pela construção de uma **alternativa de poder** viável, que enfrente o projeto do regime no terreno em que ele se apresenta, nas condições institucionais existentes. Trata-se, neste momento, de colocar a candidatura única dos *democratas* não mais como uma proposta, mas como uma realidade imediata, *com todas as consequências que dela decorrem*. Uma candidatura que una as posições e polarize as forças mudancistas que se abrigam formalmente no PDS. (*VOZ DA UNIDADE*, 1984, p. 03) (grifos do autor) (itálicos nosso)

A fragilidade deste posicionamento do PCB pode ser visível quando se menciona os “democratas”, pois dentro desse balaio que apoiou a chapa Tancredo/Sarney no Colégio Eleitoral, estava ACM, o próprio Sarney, Ernesto Geisel e consortes. Não obstante, eles defendem que a política de “negociação” e de aliança devam continuar mesmo com todas as consequências que poderia ocorrer durante e após a transição política de 1985. Nesse sentido, o PCB deixa de ser um partido de classe e passa a ser um partido do “povo”, inclusive da burguesia.

Os posicionamentos de Goldman e, conseqüentemente, dos quadros majoritários do PCB, foram bastante prejudiciais no que tange à desmobilização e o apaziguamento da classe trabalhadora e de consideráveis frações da esquerda durante o processo sucessório. No conjunto desta orientação dos “eurocomunistas” os quais Goldman era uma das vozes, era possível visualizar, pelo menos, cinco rompimentos substantivos com as diretrizes históricas das esquerdas, principalmente a de orientação marxista, como o PCB: a primeira é a mudança do horizonte estratégico, que gradualmente se deslocou do socialismo para a democracia; o segundo é a mudança de uma análise crítica e, portanto, negativa da sociedade para uma visão



positiva e harmoniosa da mesma; a terceira, resultado direto da segunda mudança, é a possibilidade de conciliação entre trabalho e capital sem ocasionar alguma ruptura social; a quarta foi uma mudança paulatina dos termos que conduziam a organização dos partidos, de revolução para transformação e desta última para mudança que, inclusive, foi a palavra de ordem da transição política de 1985; a quinta é o abandono do método de Marx.

Na perspectiva teórica, Carlos Nelson Coutinho tem um papel importante neste processo de transição, principalmente no campo do debate teórico-metodológico, por ser um dos primeiros intelectuais que importaram para o Brasil a perspectiva eurocomunista como uma possibilidade tanto tática quanto estratégica no embate social e político-institucional. A principal obra dele que marcou essa luta no campo das ideias para afirmar a viabilidade teórica e prática do eurocomunismo no Brasil é o famoso e polêmico ensaio *A democracia como valor universal* publicado em 1979 na revista *Encontros com a Civilização Brasileira* de Ênio Silveira. (COUTINHO in: SILVEIRA, 1979, p. 33-47)

Coutinho, quando publicou o artigo em 1979, era militante do PCB – partido que ingressou em 1961 e militou até 1983 – sua recepção provocou polêmica tanto com intelectuais liberais, com José Guilherme Merquior em seu artigo “Marxismo e Democracia”, quanto com intelectuais à esquerda, como Otávio Rodrigues que qualificou o ensaio de Coutinho de “revisionista” em seu artigo “Contra o revisionismo” e com Adelmo Genro Filho em seu artigo “A democracia como valor operário e popular”, chamados por Coutinho de “doutrinadores” e “marxista-leninistas”. (COUTINHO, 1984, p. 12)

Carlos Nelson fazia parte daquela fração do PCB “renovada” junto com um grupo bastante influente do partido encabeçado por Armênio Guedes. Este grupo tinha largos traços de orientação eurocomunista, como pudemos ver acima. Esses traços são bastante visíveis em algumas produções teóricas de Carlos Nelson, principalmente no ensaio supracitado. Um dos primeiros pontos a ser evidenciado é a perda da estratégia revolucionária que pode ser encontrada logo nas primeiras páginas do ensaio de Coutinho:

Em primeiro lugar, tentaremos indicar como o vínculo entre socialismo e democracia, com os desdobramentos requeridos pela **evolução** histórica, é parte integrante do patrimônio categorial do marxismo; e, em segundo, mostraremos como a *renovação democrática* do conjunto da vida nacional – enquanto elemento indispensável para a criação dos pressupostos do socialismo – não pode ser encarada como um objetivo tático imediato, mas aparece como o conteúdo estratégico da etapa atual da revolução brasileira. (COUTINHO, 1984, p. 20) (itálico do autor) (grifo nosso)



Vemos que a partir destes dois objetivos propostos por Coutinho a “renovação democrática” aparece não como uma tática, mas sim uma estratégia, como se o “aprofundamento” da democracia – noção um tanto abstrata – dentro da lógica capitalista levasse necessariamente à uma situação propícia ao socialismo. Como vemos, não há alguma aceção revolucionária, de rompimento com a ordem estabelecida, mas sim a “renovação”, “evolução” e “superação”.

Coutinho em seu ensaio chega à conclusão que a estratégia é conquistar uma “democracia de massas” e que somente por meio dela as massas conseguirão conquistar a hegemonia, esse processo de implementação da “democracia de massas” se daria, exclusivamente, por meio da política e pelo aprofundamento da democracia, sem alguma alteração ou ruptura com a base econômica da sociedade capitalista:

A democracia de massas - enquanto democracia real - pressupõe que a conquista da hegemonia se faça através da obtenção do consenso *majoritário* das correntes políticas e das classes e camadas sociais (Talvez não seja inútil lembrar que maioria implica minoria, cujos direitos – na medida em que sua ação oposicionista não viole a legalidade constitucional democraticamente fundada – terão de ser respeitados.). (COUTINHO in: SILVEIRA, 1979, p. 45)

Ou seja, fica pressuposto para Coutinho que os “capitalistas” aceitarão algum tipo de hegemonia das classes populares ou algum tipo de “democracia de massas” sem nenhum tipo de conflito, mas sim por meio do consenso entre os polos historicamente antagônicos. Outra curiosidade, Coutinho não demonstrar nenhum tipo de ruptura econômica, com o fundamento da sociabilidade burguesa – a propriedade privada dos meios de produção, trabalho alienado e estranhado, mais valor etc. –, focalizando sua análise no Estado, na política e na democracia que busque harmonizar, por meio de um consenso, as classes sociais, apagando, ainda que involuntariamente, o sentido forte da luta de classes que, como Marx já disse, é o fundamento de toda a história, uma vez em que em todas as sociedades foram marcadas por explorador e explorados: senhor de escravo e escravo, senhor e servo, burgueses e proletários.

Com efeito, a tática de Coutinho é baseada na “renovação democrática” por meio da socialização da política, e não dos meios de produção:

A tarefa da renovação democrática, implicando a crescente socialização da política, a incorporação permanente de novo sujeitos individuais e coletivos ao processo de transformação social, **não poderá ser obra de um único partido, de uma única corrente ideológica e nem mesmo de uma só classe.**



É tarefa que deve envolver a participação de múltiplos sujeitos sociais, políticos e culturais. (COUTINHO, 1984, p. 47) (grifo nosso)

A partir deste posicionamento de Coutinho no seu ensaio de 1979 e no livro de 1984, conseguimos ver que a “socialização da política” não seria somente de um partido ou de uma classe social, mas do conjunto delas, dando a entender a possibilidade de uma aliança entre partidos do capital com partidos do trabalho e burgueses com trabalhadores. Esse posicionamento, logo nas últimas páginas de seu escrito, mostra o quanto Coutinho vislumbrava essa possibilidade no processo de transição política de 1985, visto que essa parte do livro de 1984 – a segunda edição – tem uma diferença considerável da mesma parte no ensaio de 1979. Mostra também o quanto Coutinho influenciou e foi influenciado por essa tática politicista do eurocomunismo, pautada pela harmonia e conciliação de classes inexoravelmente inconciliáveis no plano concreto.

Por fim, o socialismo, para Coutinho, só poderia se estabelecer efetivamente por meio da “democracia política”:

[...] trata-se de construir as alianças necessárias para aprofundar a democracia no sentido de uma democracia organizada de massas, com crescente participação popular; e, nesse nível, a busca da unidade terá como meta a conquista do consenso necessário para empreender medidas de caráter antilatifundiário e antimonopolista e, numa etapa posterior, para a construção em nosso País de uma sociedade socialista fundada na democracia política. (COUTINHO, 1984, p. 48)

Apesar de Coutinho destoar qualitativamente do próprio PCB em seu conjunto, seus estudos sobre o “valor universal” da democracia acabaram contribuindo com o programa reformista e conciliador do PCB que operou, na transição e, particularmente nas Diretas Já, como um braço de suporte da política burguesa, conforme demonstrado acima. Outrossim, vemos que essa análise positiva da política e da democracia opera, querendo ou não, na confiabilidade das instituições burguesas, no seu aparelho jurídico e político. Como se a burguesia e seus agentes aceitassem, de forma consensual, o aprofundamento da “socialização da política” para assim se chegar à uma “hegemonia de massas” e na “democracia política”. Esquecendo-se que a burguesia, principalmente a brasileira, nunca optou por nenhuma saída propriamente democrática. Quando se vê ameaçada, opta pela desestabilização institucional/econômica e pelo golpismo.

Considerações finais



Levantado estes pontos de convergência entre a oposição burguesa e parte da fração eurocomunista, nota-se que a prática política de ambos os lados foram importantes pilares para a sustentação da Aliança Democrática e para a consolidação da transição conservadora e impopular. A estratégia eurocomunista, no Brasil, se torna inviável, a nosso ver, simplesmente pelo fato da inexistência de uma burguesia propriamente democrática no Brasil, mas sim uma burguesia autocrática e fortemente impopular, estratégia esta que serviu, ainda que involuntariamente, para engrossar as posições burguesas impopulares e “desarmar”, na teoria e na prática, consideráveis setores políticos à esquerda

REFERÊNCIAS:

Fontes:

“A Frente Democrática após vitória eleitoral”. *Voz da Unidade*: São Paulo, nº 141, p. 08, 24 de fevereiro a 02 de março de 1983.

“Goldman e Roberto Freire: é necessário que o PMDB tome a iniciativa de uma negociação”. *Voz da Unidade*: São Paulo, nº 159, 30 de junho a 06 de julho de 1983.

“A população espera respostas concretas da oposição”. *Voz da Unidade*: São Paulo, nº 157, 16 a 22 de junho de 1983.

“Lutar para negociar, negociar para mudar”. *Voz da Unidade*: São Paulo, nº 161, 14 a 20 de julho de 1983.

“A hora do candidato único”. *Voz da Unidade*: São Paulo, nº 207, 30 de junho a 06 de julho de 1984.

CARDOSO, Fernando Henrique. PMDB: um partido de massas? In: *Revista do PMDB*, nº 01, 1981.

VILELA, Teotônio. *Projeto emergência*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Codecri, 1983.

BIBLIOGRAFIA:

CHASIN, José. *Política: a determinação ontonegativa da politicidade*. São Paulo: Ed. Ad Hominem, 2000.

OLIVEIRA, Dante; LEONELLI, Domingos. *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson. Prefácio à segunda edição. In: COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.



_____. A democracia como valor universal. In: SILVEIRA, Ênio *et al.* *Encontros com a Civilização Brasileira*. Volume 9. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PINHEIRO, Milton. Os comunistas e a ditadura burgo-militar: os impasses da transição. In: PINHEIRO, Milton (org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.